

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
mestrado e doutorado



DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS, PIB MUNICIPAL E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)¹: ASPECTOS METODOLÓGICOS E DIAGNÓSTICO DO PERÍODO RECENTE (2002-2014)

Leonardo Porto

Fernando Cezar Macedo

Resumo:

O presente texto apresenta uma discussão metodológica e uma breve análise dos dados de Produto Interno Bruto dos Municípios – ano de referência 2010, divulgados pelo IBGE, para o período de 2002 a 2014. O objetivo é contribuir com o debate regional e para a implementação de políticas públicas que levem a superação das iniquidades regionais no país. Como pano de fundo, faz-se uma discussão a respeito do uso da variável de PIB municipal para caracterização das áreas a serem atendidas prioritariamente pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Conclui pela necessidade de se atualizar o quadro de referência da PNDR e apresenta as principais características da dinâmica econômica regional no período recente.

Palavras-chave: PIB municipal. PNDR. Desigualdade regional

¹ Este trabalho contou com o apoio do IPEA e do Ministério da Integração Nacional. As opiniões aqui expressas são de exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem as posições de qualquer instituição.

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



Introdução

Em última instância, este trabalho visa contribuir com o debate regional brasileiro e para a implementação de políticas públicas que levam a superação das iniquidades regionais no Brasil. Para tanto, buscamos discutir metodologicamente sobre um dos indicadores utilizados na formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em que expomos alguns aspectos concernentes às vantagens metodológicas da utilização da nova série do Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010, para a atualização dos parâmetros vigentes na Tipologia Sub-regional da PNDR.

Como se sabe, a Tipologia Sub-regional da PNDR cobre todo o território nacional e foi construída com intuito de estabelecer um “quadro referencial das desigualdades regionais” no Brasil. Foi adotada a escala microrregional e pautou-se no cruzamento de uma variável de renda e outra de crescimento econômico. Em 2003, quando a política começava a ser formulada, foram utilizados os dados então disponíveis relativos às duas variáveis básicas, de renda domiciliar por habitante e das estimativas de crescimento do PIB *per capita*.

Os dados referentes ao Produto Interno Bruto dos Municípios (PIB municipal) merecem especial atenção porque consistem na principal referência e mais importante base de dados a respeito das diferentes dinâmicas econômicas regionais, com disponibilidade anual, permitindo análises mais consistentes em diferentes níveis escalares, bem como comparações intertemporais vertical ou horizontalizadas. Deste modo, além da discussão metodológica, o presente texto lastreia-se, ainda, numa breve análise da evolução do PIB municipal no período recente (2002-2014), permitindo diagnosticar alguns aspectos da dinâmica regional brasileira, que ajudem a formar o quadro de referência para atuação das políticas públicas federais e estaduais.

O texto divide-se em mais três seções e a conclusão do trabalho. Na primeira, resgatamos os critérios adotados para caracterização do quadro regional no âmbito da PNDR. Na segunda, discutimos as vantagens de se atualizar os parâmetros referentes à dinâmica econômica sub-regional, com os dados do PIB municipal. Por fim, fazemos uma discussão sobre a dinâmica econômica regional entre 2002 e 2014.



1 A PNDR e o quadro de referência das desigualdades regionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, instituída por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, tem sido considerada um marco na retomada da questão do desenvolvimento regional brasileiro, em que pese suas limitações de implementação e aplicação de políticas, mesmo após completos dez anos de seu lançamento. Como lembra Resende et al (2015), a PNDR visava o atendimento de dois objetivos principais: reduzir as desigualdades regionais; ativar as potencialidades de desenvolvimento das regiões do país, sobretudo onde o mercado pouco atua. Na sua segunda fase (PNDR II), adotou-se, ainda, como objetivos: sustentar a trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais; e o acesso justo e equilibrado aos bens e serviços públicos fundamentais.

Os principais instrumentos definidos de atuação da Política são os Fundos públicos constitucionais de financiamento (FNE, FCO, FNO etc.). Ou seja, os instrumentos tradicionais já existentes de estímulo ao investimento privado. Existem também ações financiadas pelo Orçamento Geral da União, alocadas em regiões elegidas como prioritárias por meio de programas específicos (ex.: PROMESO, Conviver e Faixa de Fronteira-PDFF), além de incentivos fiscais. Alguns instrumentos de políticas federais, como o BNDES e o Programa Bolsa Família, embora com impactos territoriais importantes, não pertencem a uma *política regional explícita*, e são consideradas como “*políticas regionais implícitas*” (ARAÚJO, 2012). Todavia, dada a sua importância na redução das disparidades regionais (MONTEIRO NETO, 2014), é de se pensar a harmonização desses instrumentos com os objetivos da PNDR.

Visando adequar a política a seus objetivos e instrumentos, foi construído uma tipologia que orientasse o padrão de atuação dos entes públicos e privados sobre o território. A Tipologia Sub-regional da PNDR, que cobre todo o território nacional, buscava estabelecer “um quadro referencial das desigualdades regionais” no Brasil. A escala utilizada foi a microrregional e pautou-se no cruzamento de uma variável de renda e outra de crescimento econômico. Para construção da Tipologia, ainda no ano de 2003, utilizaram-se os dados então disponíveis relativos às duas variáveis básicas, de renda domiciliar por habitante (extraída do Censo Demográfico de 2000) e das estimativas dos PIB municipais.



Esta última para cálculo da taxa de crescimento geométrico do PIB *per capita* das microrregiões.

A Tipologia contempla os problemas associados aos baixos níveis de renda e à relativa estagnação econômica nas microrregiões brasileiras. Com isto, inaugurou-se novo conjunto de práticas e política que visavam *realçar aspectos tradicionalmente ignorados* da política regional brasileira (BRASIL, 2010), em função de distorções causadas por escalas geográficas macrorregionais na definição das políticas regionais ao longo do século XX.

As análises e os parâmetros utilizados destacavam variáveis amplamente reconhecidas como determinantes das desigualdades regionais, relacionadas à estrutura de ocupação das regiões (densidade demográfica, urbanização etc.), base produtiva (PIB *per capita*) e a relação das famílias com esta base produtiva (renda domiciliar *per capita*), assim como da dinâmica econômica (taxa de variação do PIB *per capita*) (BRASIL, 2010).

A escolha das microrregiões do IBGE torna a análise mais viável, tanto pelo menor número de observações, em relação à escala municipal, como por permitir captar diferenciações que reflitam a diversidade e os desequilíbrios regionais, com maior precisão do que as escalas macrorregionais. Contudo, ainda que se destaque os benefícios pela escolha desta escala, as manchas de pobreza também podem ser “escondidas” por este nível de agregação, afinal as cidades polos de cada microrregião tendem a ter papel socioeconômico maior, elevando seu peso na conformação dos indicadores.

Até a sua instituição em 2007, buscou-se aprimorar esta metodologia, com critérios como a paridade do poder de compra da renda regional e utilização de médias trienais para cálculo do PIB. Contudo, manteve-se a mesma base de dados e o mesmo período de análise para construção da Tipologia, em que pese a PNDR ter entrado em uma nova fase a partir de 2011 (PNDR II 2011-2015). Só este fato já gera um problema no que se refere aos atuais critérios para atuação da política regional. Quer dizer, a Tipologia Sub-regional, construída para classificar as microrregiões que serão atendidas prioritariamente pela PNDR, baseia-se num conjunto de dados ainda da década de 1990, com até mais de 20 anos atrás. Não refletem, portanto, a atual situação social e econômica das regiões.

Além disto, os dados que originaram a construção da segunda variável (Taxa de crescimento geométrico anual do PIB *per capita*), que refletia a dinâmica produtiva das microrregiões, padecem de sérios problemas metodológicos. Isto porque foram utilizadas *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



duas séries distintas, sendo uma para o período inicial (1990-1993) e outra para o período final (1999-2002) das taxas de crescimento. A dificuldade aqui é precisar o quanto realmente estas séries são comparáveis. Por exemplo, as séries de PIBs municipais anteriores às divulgações do IBGE², não correspondiam às Contas Regionais e Nacionais, de forma que o somatório dos PIBs dos municípios de um estado não é comparável ao PIB estadual.

A série estimada pelo IPEA, utilizada para o período inicial (1990-1993) trata-se de uma interpolação linear dos valores dos PIB municipais originalmente fornecidos pelo IPEA para os anos de 1990 e 1995. Desse modo, o tratamento estatístico para colocação desses valores numa mesma base temporal difere entre os dois períodos, por se tratarem de bases diferentes³. Estes elementos, por si só, justificam a atualização dos parâmetros e a proposição de uma nova Tipologia, utilizando-se a atual série divulgada pelo IBGE, ano de referência 2010. Ressalva-se, contudo, a importância de se construir um debate que promova também o avanço nos critérios metodológicos para classificação das regiões, para a política regional.

2 Os dados de PIB municipal como indicador da tipologia sub-regional da PNDR: metodologia para atualização do cálculo do indicador

Para o cálculo da *Taxa de variação geométrica do PIB per capita* por microrregiões, utiliza-se o valor do PIB das MRG, com base na divulgação do PIB municipal a preços correntes (R\$), feita pelo IBGE. Foram coletados os dados da nova série do PIB Municipal – Produto Interno Bruto dos Municípios, ano de referência 2010 –, para o período de 2002 a 2014. No período de 2002 a 2009 a série é retropolada, com base na nova metodologia, e no período de 2010 a 2014, a série é estimada. Deste modo, as informações utilizadas consistem no Valor Adicionado Bruto (VAB) total e por setores econômicos ao nível municipal (PIB a preços básicos). Com a obtenção de toda a série numa mesma metodologia, a base de comparação se torna muito mais segura, pelos motivos que se exporá mais adiante.

² Que começou a ser realizada a partir de 1999.

³ Ver Nota Metodológica sobre a construção da Tipologia da PNDR (BRASIL, 2010).



Com a base do PIB dos municípios, os valores são agrupados ao nível microrregional. Para cálculo da taxa de crescimento, utilizou-se como deflator da série nominal, os Deflatores implícitos setoriais (índices de preços) dos VABs das Unidades Federativas, a preços de 2010⁴, divulgados nas Contas Regionais do IBGE. Uma vez que o IBGE tinha disponibilizado os índices de preços do VAB Total e por Atividades Econômicas, buscou-se agrupar as informações por setores. Portanto, o deflator de cada setor foi dado pela divisão entre as somas dos valores adicionados de cada atividade pertencente ao setor a preços correntes e a preços do ano anterior, em cada ano. Este procedimento foi adotado para os casos da Indústria e dos Serviços (exclusive APU). Para o caso da Agropecuária e da Administração Pública (APU) os índices já estavam disponíveis. O novo VAB Total (PIB ajustado) é dado pela soma dos VABs setoriais deflacionados a preços de 2010.

Por fim, para cálculo do PIB *per capita*, optou-se por utilizar os dados estimados da população intercensitária por microrregiões, uma vez que o período investigado inviabilizava a utilização da população censitária dos Censos de 2000 e de 2010. Para cálculo das taxas de crescimento, com a base de dados preparada e os valores a preços constantes – conforme exposto anteriormente – calculou-se a média aritmética dos PIBs das microrregiões dos triênios 2002-2004 e 2012-2014, a fim de eliminar da análise a influência de efeitos espúrios ou sazonais sobre a dinâmica econômica das regiões. O PIB *per capita* ajustado é dado pelo quociente entre as médias simples do PIB e da população em cada triênio. Em seguida, calculou-se a taxa de crescimento geométrico entre os dois períodos.

2.1 Vantagens e limites da nova série do PIB dos Municípios – Referência 2010

Exposto os procedimentos adotados para cálculo da variável *Taxa de Crescimento Geométrico Anual do PIB per capita* das microrregiões, no âmbito da PNDR, para o período 2002-2014, apresenta-se os fatores que justificam ser este conjunto de dados mais consistente do que o utilizado na formulação original da referida política. Em primeiro lugar,

⁴ O critério utilizado para deflacionamento das variáveis procurou reproduzir os mesmos procedimentos adotados na elaboração da PNDR, conforme o relatório *Diagnóstico da Questão Regional Brasileira: Nota metodológica da nova Tipologia proposta e o mapa de referência para a PNDR* desta pesquisa.



é importante ressaltar que, em termos metodológicos, os procedimentos ainda se mantêm bastante similares. Contudo, as bases é que são bem diferentes.

O primeiro aspecto relacionado à nova metodologia do PIB dos Municípios – Ano de Referência 2010, é que o cálculo do PIB municipal “obedece a uma Metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação e é integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Brasil”. Deste ponto de vista, a série difere bastante das anteriormente utilizadas para o período pré-1999, pois permite uma maior coerência e a comparação entre si e com os resultados nacional e regional⁵.

Estes novos procedimentos adotados pelas Contas Nacionais e Contas Regionais seguem as regras internacionais divulgadas pelo *System National Accounts* (SNA-2008), pelas Nações Unidas (ONU), cujas modificações têm impactos no peso relativo das atividades econômicas na geração do valor adicionado bruto. Com isto, “o novo vetor de peso das atividades econômicas refletiu, diretamente, na composição do PIB dos municípios”⁶. Este ponto reflete outro problema relativo à metodologia original da PNDR, que consistiu na comparação de séries com diferentes composições das atividades econômicas, ou seja, com diferentes bases de crescimento. Isto pode ter tido efeito direto na determinação das taxas de crescimento dos PIBs das regiões.

O fato é que o PIB municipal é calculado com base na “distribuição, entre os municípios, do valor adicionado bruto – a preços básicos –, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil”⁷. É neste sentido que a nova metodologia implica, necessariamente, na revisão dos indicadores utilizados na distribuição de tais variáveis entre os municípios⁸. Este ponto parece não ter sido observado com a utilização de duas séries distintas na elaboração da PNDR, mas seria mitigado com o parâmetro construído numa única série.

Dentre as principais mudanças apontadas pelo IBGE que a nova metodologia do PIB desenvolve, em relação à metodologia anterior (ano de referência 2002), para distribuição

⁵ Para uma visão detalhada das mudanças metodológicas da nova série do PIB, ver a **Nota metodológica da série do PIB dos Municípios – Referência 2010** (IBGE, 2015).

⁶ Idem.

⁷ IBGE (2015).

⁸ Para conhecimento dos indicadores utilizados pelo IBGE para distribuição do valor adicionado entre os municípios, ver *Série Relatórios Metodológicos*, v. 29: Produto Interno Bruto dos Municípios, 2ª ed., que apresenta os indicadores de cada atividade.



do valor adicionado entre os municípios estão: a) maior relevância da produção secundária para a distribuição do VAB agropecuário; b) o VAB das indústrias que são mais concentradas nas UF's passa a ser alocado nos municípios com a presença da referida atividade industrial (ex.: indústria de refino e celulose); e c) a distribuição do VAB das atividades de comércio atacadista somente entre os municípios com presença destas atividades (ex.: o comércio atacadista de combustíveis, que é concentrado). Todas estas são mudanças que afetam significativamente a distribuição do Valor Adicionado entre os municípios e, portanto, alteram uma das principais variáveis utilizadas para construção da Tipologia Sub-regional da PNDR, que é o PIB *per capita*.

Por fim, mas de grande importância, a metodologia atual do PIB municipal apresenta os VABs Total, da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços. Porém, destaca-se pela abertura do VAB corrente da *Administração, saúde e educação públicas e seguridade social*, devido a sua importância no peso das economias municipais e fundamental para entender a heterogeneidade da dinâmica regional brasileira.

Devemos ressaltar, contudo, algumas limitações da série. Conforme exposto anteriormente, a série utilizada vai do ano de 2002 a 2014. Porém, entre 2002 e 2009 ela é retropolada; e a partir de 2010 os dados são estimados para cada município⁹. De acordo com o IBGE, a série 2002-2009 baseia-se na retropolação de 15 atividades econômicas fornecidas pelas CRs¹⁰. Os resultados de 2010 foram utilizados para produzir uma chave de repartição. Contudo, para alguns segmentos a estimação requereu a utilização da variação da série anterior. Noutras atividades, foi necessário estimar o valor por um *método indireto*,

⁹ O IBGE também divulgou uma Nota Metodológica para explicação da série retropolada (2002-2009). Ver **Nota metodológica da série retropolada (2002-2009) PIB dos Municípios – Referência 2010** (IBGE, 2015). A leitura dessa Nota pode nos apresentar algumas limitações à construção do indicador para a PNDR.

¹⁰ As atividades econômicas cujos valores adicionados foram retropolados foram: 1-Agropecuária; 2- Indústria extrativa mineral; 3- Indústria de transformação; 4- Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; 5- Construção civil; 6- Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; 7- Serviços de alojamento e alimentação; 8- Transportes, armazenagem e correio; 9- Serviços de informação; 10- Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; 11- Atividades imobiliárias; 12- Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; 13- Administração, educação e saúde públicas, defesa e seguridade social; 14- Educação mercantil e Saúde mercantil e 15- Artes cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos.



baseado no cálculo da diferença entre as estruturas da série anterior (referência 2002) e da atual. Além disso, a série também lida com mudanças da CNAE 1.0 para a 2.0¹¹.

Todavia, estas limitações metodológicas referem-se muito mais aos limites da própria série completa do PIB municipal (2002-2014), do que para a construção do indicador para a PNDR. Deve-se considerar que a retopolação, apesar das limitações, permitiu uma análise intertemporal mais consistente, ao colocar os valores numa mesma base de referência.

3 Breve análise dos dados de PIB municipal para o período recente

A tipologia adotada pela PNDR agrega casos díspares de municípios que se localizam na mesma microrregião geográfica do IBGE e acaba por esconder as diferentes situações nas quais municípios de uma mesma área apresentam porte e estruturas diferenciadas e desempenham papéis distintos na rede urbana sub-regional. O peso das capitais regionais, que são aqueles municípios que normalmente dão o nome a MRG, é maior e tende a influenciar os indicadores da PNDR. Esta situação já foi apresentada em diversos trabalhos que trataram dos fundos constitucionais de financiamento e atestaram serem eles importante instrumento para a desconcentração produtiva regional, mas, dada suas características, acabam por aprofundar a concentração intra-regional e intra-estadual.

Esta observação é pertinente porque conhecer as realidades sub-regionais, a partir da microrregião e sua estruturação de cidades (e das situações específicas de cada uma delas), torna mais profícua a ação sobre o território. Evidentemente que do ponto vista metodológico e prático esta ações tornam-se mais complicadas e recolocam o problema da governança e da pactuação entre os municípios no cerne do problema da intervenção pública. É o caso, por exemplo, da localização de investimentos estruturantes, para fins econômicos ou sociais, que por sua escala e pela abrangência dos beneficiários, não podem ser executados difusamente. Parcerias municipais, consórcios, localização dos investimentos federais e estaduais etc., devem levar em consideração essas diferenças intra-microrregionais.

¹¹ Ver Notas Metodológicas.



Enfim, como a miríade de situações é muito mais complexa quando se desagrega a escala de atuação, especialmente quando se passa ao nível do município, analisamos agora os dados do PIB municipal com vistas a aferir o padrão desigual de municípios que formam a rede urbana brasileira. Esta análise para a escala municipal torna-se ainda mais importante porque, no âmbito das tipologias microrregionais PNDR, observamos a ocorrência de um número expressivo de municípios (2.570 ou 26,2% do total) que receberiam classificação diferenciada, caso estivessem em uma microrregião na qual todos os demais municípios apresentassem o mesmo desempenho econômico e populacional deles. Ou seja, eles se encontram em uma MRG que apresenta, na média, características distintas das suas.

Daquele total, 968 encontram-se em microrregiões classificadas como Alta Renda, ou seja, naquelas que não são priorizadas pela PNDR, mesmo estando esses municípios em situação de Baixa Renda, Dinâmica ou Estagnadas. Nesta última situação (Estagnadas) encontram-se 644 municípios (ou 11,6% do total dos municípios brasileiros em 2010) que ficaram de fora das áreas elegíveis por estarem localizados em MRGs de Alta Renda. A situação é particularmente mais delicada para 555 dos 644 municípios Estagnados que se localizam em MRG de Alta Renda das regiões Sul e Sudeste. Os demais 99 que se encontram no Norte, no Nordeste (26) e no Centro-Oeste (53) contam com os fundos regionais de desenvolvimento e com os fundos constitucionais para suas respectivas regiões.

3.1 Análise do PIB municipal: observações gerais

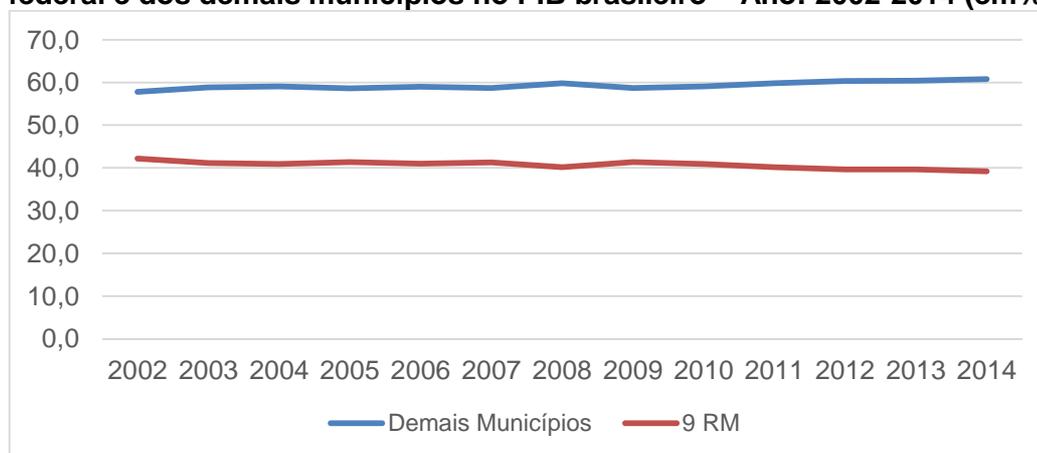
O movimento geral da economia brasileira ocorre sobre um rede de cidades bastante distinta regionalmente e com diferentes tempos históricos, padrões culturais, estruturas produtivas, sociais, ambientais e, em especial, com diversas e variadas interações espaciais em múltiplas escalas. Esta rede estrutura-se a partir de uma miríade de 5.575 municípios muito desiguais em tamanho populacional, capacidade arrecadatória e, sobretudo, no perfil socioeconômico. Estes formam um mosaico variado de possibilidades (ou impossibilidades) para cada um deles se articular aos circuitos econômicos, sejam esses ligados aos mercados regionais, nacional ou internacional. Tais diferenças também definem a



capacidade de oferta de serviços públicos que elevam a qualidade de vida em cada um deles.

A despeito da ainda forte e histórica concentração da produção e da renda nas regiões Sul e Sudeste, que apresentam redes de cidades mais estruturadas e articuladas, e do comando exercido pela metrópole paulistana sobre a organização socioeconômica do território brasileiro, observa-se um lento, mas contínuo, processo de interiorização das atividades produtivas. Os gráficos 1 e 2 indicam a maior participação dos municípios fora das regiões metropolitana no PIB total do país, ainda que este ganho, entre 2002 e 2014, tenha sido pequeno. Esta interiorização decorre, dentre outros fatores¹², do padrão de reprodução do capital na economia do país que prevalece desde os anos 1980, mas que ganhou significativa força na primeira década do século XXI.

GRÁFICO 1 – BRASIL: Participação das 9 Regiões Metropolitanas criadas por lei federal e dos demais municípios no PIB brasileiro – Ano: 2002-2014 (em%)



Fonte: IBGE/PIB Municipal. Elaboração dos autores

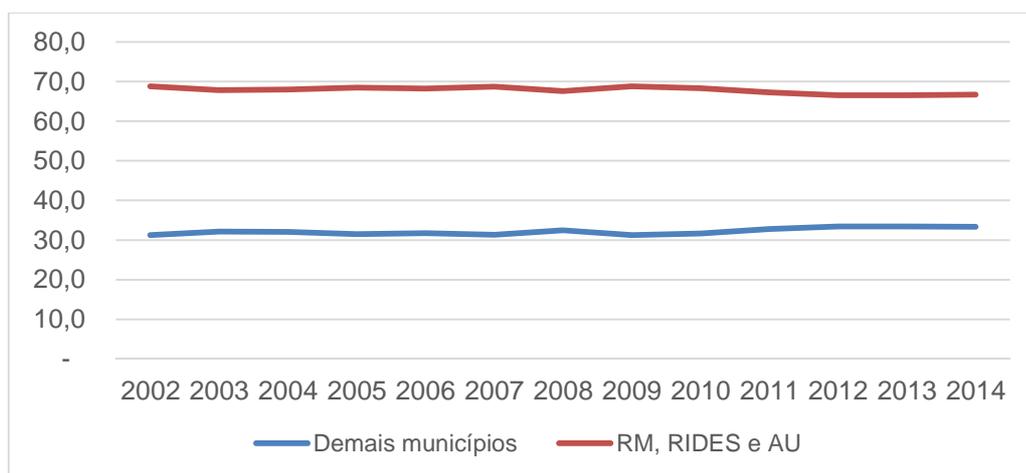
Dentre as principais características deste padrão, destacam-se duas em particular: 1) a **desindustrialização** que afeta diretamente os maiores centros urbanos do Brasil, especialmente no estado de São Paulo; 2) a **especialização produtiva** em atividades agropecuárias e minerais para a exportação, com as primeiras, mais interiorizadas, impulsionando a economia na região de fronteira agrícola, sobretudo no estado do Mato

¹² Sobre o processo de desconcentração regional da produção no Brasil, ver especialmente Cano (2008).



Grosso e nos cerrados nordestinos e, mais recentemente, na região do MATOPIBA¹³. Já as atividades minerais são relativamente mais espalhadas pelo litoral, como no caso da extração de petróleo, mas ainda concentradas nos estados de Minas Gerais e do sudeste do Pará, no caso da extração de minerais metálicos. Contudo, há novas áreas de expansão como o Piauí ou áreas antigas, interiorizadas e espalhadas dispersamente pelo território. Da combinação destes dois fatores, observa-se maior dinamismo naquelas regiões e sub-regiões que produzem *commodities* para o mercado externo, conforme se discutirá adiante.

GRÁFICO 2 – BRASIL: Participação das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas, RIDEs e dos demais municípios no PIB brasileiro – Ano: 2002-2014 (em%)



Fonte: IBGE/PIB Municipal. Elaboração dos autores.

Evidências da heterogeneidade do conjunto de cidades brasileira podem ser aferidas através da análise do documento Produto Interno Bruto do Municípios, produzido pelo IBGE. Nele, observam-se uma gama de situações diferenciadas de municípios. Porém, ainda que a sua agregação em tipologias definidoras de grupos comuns seja muito difícil utilizando

¹³ Nova região de desenvolvimento econômica criada, através do Decreto Nº 8.447, de 6 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu Comitê Gestor. A sigla representa as extensas áreas territoriais dos cerrados brasileiros existentes nos estados do Maranhão (MA), de Tocantins (TO), do Piauí (PI) e da Bahia (BA).



exclusivamente estas informações¹⁴, algumas características da evolução dos seus produtos podem ser elencadas, refletindo diretamente o movimento geral da economia brasileira. Dentre essas características, que são fundamentais para o entendimento da dinâmica regional e urbana recente no país, cabe destacar:

1) **Forte concentração da riqueza.** Em 2014, oito municípios concentravam mais de ¼ do PIB embora representassem apenas 14,7% da população residente no país. Em contrapartida, 5.531 respondiam por ¼ do PIB municipal e 44,8% da população total. A Tabela 1 sintetiza esses dados. Há de se destacar, também, o caráter espacialmente concentrado do PIB nas capitais estaduais. Em quase todas as unidades federativas, a capital representa o município que detém a maior parcela do PIB. Exceção é Santa Catarina que tem uma rede de cidades mais desconcentrada, com vários municípios exercendo papel de polo regional, razão pela qual Florianópolis aparece como o segundo PIB catarinense.

TABELA 1 - BRASIL: Produto Interno Bruto e População: distribuição segundo número selecionado de municípios – Ano = 2014

Municípios brasileiros	% do Pib que concentravam	% da população que concentravam
8 maiores	25,6	14,7
25 maiores	38,0	23,8
100 maiores	56,6	38,1
200 maiores	67,4	47,8
1.000 menores	0,6	2,1
5.531 menores	25,0	44,8

Fonte: IBGE/PIB Municipal. Elaboração dos autores.

Ou seja, além de uma dimensão macrorregional da concentração do PIB com o Sudeste respondendo por 54,2% do seu total, há uma outra (capital x interior) que reflete importante aspecto que não pode ser negligenciado na política regional brasileira: a

¹⁴ Esforço neste sentido, porém com um número muito grande de variáveis, são as pesquisas de Região de Influenciada Cidades realizadas pelo IBGE que classificam as cidades brasileiras em diferentes níveis hierárquico, de acordo com suas centralidades e interações espaciais.



concentração intraestadual da riqueza¹⁵. Se fizéssemos um exercício similar da tabela 1 para as unidades federativas, verificaríamos que os cinco maiores municípios em cada uma delas concentravam parcela expressiva da riqueza, conforme consta no documento do IBGE (2016). Isso significa que o esforço para diminuir os “desequilíbrios regionais” do país deve estar articulado às políticas estaduais de desenvolvimento e interiorização, buscando adensar as redes urbanas sub-regionais e elevar a oferta pública de serviços e infraestrutura de forma a melhorar as condições de vida do interior e aumentar as possibilidades de geração de emprego e renda nele.

2) **Queda na participação da indústria de transformação** que passou de 15,0% do total do PIB municipal em 2010 para 12,0% em 2014. Esse desempenho reflete a crise na economia brasileira mas também decorre do processo estrutural de desindustrialização, conforme discutido por diversos autores. Do ponto de vista regional e urbano, este fenômeno significa que a indústria de transformação responde cada vez menos pela organização socioespacial do país conforme ocorrera no período nacional desenvolvimentista (1930-1980). Não obstante, ela continua estratégica para uma política de adensamento das cadeias produtivas e diversificação da base econômica, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade externa macroeconômica brasileira e sua dependência de *commodities* exportáveis de baixo valor agregado.

3) **Forte dependência do setor público na formação do PIB municipal.** Em 2014, 2.790 municípios brasileiros, ou 50,1% do total deles, tinham como principal atividade na formação de seus PIBs o segmento *Administração, saúde e educação públicas e seguridade social*. Esta dependência variava de 84,5% em Uiramutã (RR) a 0,9% em Presidente Kennedy (ES), município com estrutura produtiva fortemente especializada, atrelada à extração de petróleo, e que apresentava o maior PIB per capita do país. Do total de 5.570 municípios brasileiros, em 2.305, ou 41,4% deles, a administração pública

¹⁵ Da mesma forma, o problema da concentração intrarregional que não é levada, mormente, em conta quando da formulação das políticas que, geralmente, tratam as regiões-alvo agregadamente, sem considerar suas múltiplas diferenças internas. Diversos trabalhos demonstram isso para o caso da aplicação dos recursos dos fundos constitucionais como Macedo, Sampaio e Pires (2017), Macedo e Matos (2008) e Macedo e Coelho (2016).

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



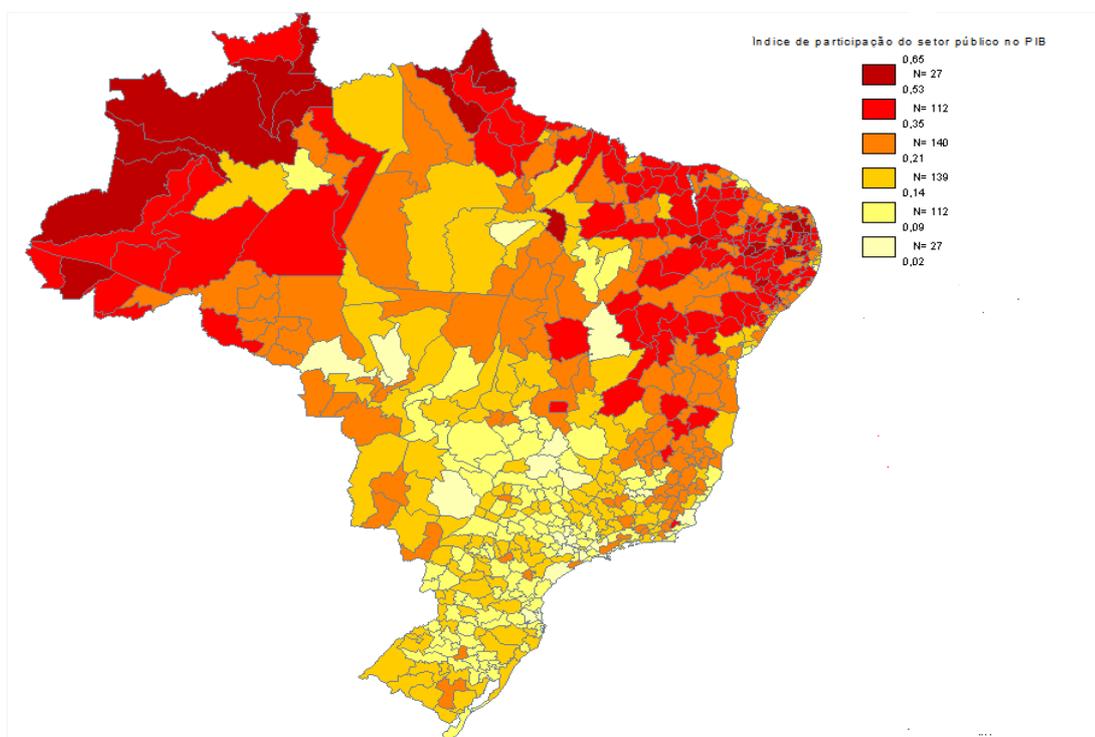
Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
mestrado e doutorado



representava um terço ou mais do PIB em 2014. Assim como outros indicadores, este também tem um claro corte regional com os municípios das regiões Norte e Nordeste apresentando maior dependência do setor público, conforme se observa na Figura 1, que traz a agregação por microrregião do IBGE.

Esta dependência torna-se ainda maior na medida que se localizam naquelas regiões as cidades mais beneficiadas pelas políticas públicas de transferência de renda. Ou seja, são áreas que, com a crise na economia brasileira e o processo de ajuste fiscal neoliberal a partir de 2015, tendem a sofrer com maior intensidade os efeitos dos cortes no gasto público. Ademais, o maior peso do setor público no PIB se dá naqueles municípios de menor porte populacional, conforme se observa na tabela disponível no Apêndice deste trabalho, e que apresentam menor capacidade arrecadatória, portanto, dependentes dos repasses de fundos públicos. Por meio da referida tabela, observamos que esse peso decresce à medida que o tamanho do município se amplia.

Deve-se notar, porém, que mesmo nos municípios de maior porte, situados em áreas de menor adensamento econômico e com redes urbanas menos equilibradas, esta dependência faz-se sentir quando a observamos na escala da rede urbana, ou da área de influência em que eles atuam. O caso foi demonstrado por Porto (2016), particularmente para as cidades das regiões semiáridas do Nordeste em que, apesar do relativo dinamismo das atividades de serviços no âmbito de seus municípios, o fato de atuarem sobre um conjunto regional cuja principal fonte de renda advém do gasto público e das políticas federais de transferência de renda, as coloca sob evidente fragilidade.



Fonte: IBGE/PIB Municipal. Elaboração dos autores.

FIGURA 1 – BRASIL: Índice de participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no PIB, segundo Microrregião – Ano = 2014

Uma diferenciação, porém, é que os municípios de menor porte costumam carecer de atividades que lhes dinamize a economia local, seja voltada para o mercado interno (regional ou nacional) ou para o mercado externo. Trata-se de municipalidades com base produtiva pouco diversificada, na qual o comércio e os serviços, e mesmo a pequena indústria, giram em torno das atividades rurais e da renda advindas do setor público e das transferências governamentais. São, em geral, classificados como centros locais dentro da hierarquia urbana da REGIC/IBGE, ou seja, “*idades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes*” (IBGE, 2008, p. 13). Por essa razão, a administração pública – direta ou indiretamente – surge como principal vetor de circulação monetária e da demanda efetiva para um número considerável de municípios.



Já os municípios de médio e grande porte apresentam densidade suficiente para atraírem investimentos e ofertarem serviços um pouco mais sofisticados que dependem de economias de aglomeração e de urbanização. Por estas razões, as cidades de porte médio (entre 100 mil e 500 mil habitantes) e as grandes (acima de 500 mil habitantes)¹⁶ apresentam maior participação do setor terciário (comércio e serviços), além de serem as áreas prioritárias da localização da indústria no país. Portanto, possuem base econômica mais diversificada a lhes tornarem mais atrativas aos investimentos privados.

Em outras palavras, onde o investimento privado não chega por não ser rentável – caso dos municípios de pequeno porte –, sobra o gasto público como elemento decisivo para a geração de emprego e renda locais. A presença do Estado constitui, para eles, o principal fermento econômico sem o qual não poderiam subsistir e/ou elevar a demanda efetiva. Por não serem atrativos ao capital, cuja única métrica é o lucro, estes municípios menores dependem do dispêndio público para movimentarem suas economias.

Tais localidades se beneficiaram mais que a média nacional das políticas públicas praticadas na primeira década deste século. Políticas que ajudaram na continuidade da pequena desconcentração do PIB ocorrida durante o período no país. Dentre estas políticas, cabe destacar as de transferência de renda, a de valorização do salário mínimo, a de formalização do emprego e a do crescimento – ainda que tímido – dos investimentos públicos, especialmente os federais. É por esta razão que a crise econômica, a queda na arrecadação e o ajuste restritivo praticado desde 2015 parecem ter-lhes afetados com mais intensidade.

4) Lento processo de interiorização e de desconcentração da produção. O desempenho da economia brasileira tem sido bastante sofrível desde as duas últimas décadas do século passado quando seu PIB cresceu a taxas médias anuais de 1,6% (década de 1980) e 2,5% (década de 1990). No entanto, a partir de 2004 observa-se

¹⁶ Reconhece-se, aqui, que esta classificação dos municípios pelo tamanho populacional proposto é bastante precária e não reflete a diversidade regional e as especificidades que os mesmos apresentam, tornando-os bastante diferenciados de acordo com sua localização na rede urbana e nas regiões brasileiras. Trata-se de uma simplificação que ajuda, não obstante, a colocar – preliminarmente - questões gerais que são importantes para o entendimento da dinâmica urbano-regional brasileira.



ritmo maior de crescimento em decorrência da expansão da demanda internacional de *commodities*, embora esta tenha se desacelerado a partir de 2013¹⁷.

Na primeira década do século XXI, o crescimento da economia chinesa, impulsionado pela rápida industrialização e sua correlata urbanização, pressionou para cima os preços das *commodities*, favorecendo os termos de trocas das economias cujas bases de exportação se assentam em produtos intensivos em recursos naturais, como os países da América Latina e África. Se este período de dez anos, a partir de 2002, representou alguma melhora nos indicadores macroeconômicos do Brasil, ele também mostrou-se contraditório, especialmente pela *déblâce* da indústria de transformação, conforme destacado. No entanto, regionalmente, a dependência das *commodities* beneficiaria áreas com disponibilidade de terras e recursos naturais, mormente localizadas no interior do Brasil, contribuindo para o processo – ainda lento e tímido – de desconcentração produtiva regional conforme se observa na Tabela 2. Percebe-se que a desconcentração econômica foi pequena; praticamente houve uma redistribuição da perda de participação do estado de São Paulo (-2,7% entre 2002 e 2014) para as demais regiões que, conjuntamente ampliaram suas participações em 2,4% (Norte 0,6%; Nordeste 0,8%; Sul, 0,2%; Centro-Oeste, 0,8%).

TABELA 2 – BRASIL: Participação das Macrorregiões e do estado de São Paulo no PIB brasileiro – Ano: 2002-2014 (em%)

Macrorregião e UF selecionada	Ano												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Norte	4,7	4,7	5,0	4,9	5,0	5,0	5,0	5,0	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3
Nordeste	13,1	12,8	12,9	13,0	13,2	13,0	13,1	13,6	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9
Sudeste	57,4	56,5	56,5	57,5	57,7	57,4	57,0	56,3	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9
São Paulo	34,9	34,4	33,4	34,2	34,2	34,4	33,5	33,8	33,3	32,8	32,4	32,2	32,2
Sul	16,2	17,1	16,8	15,9	15,6	16,1	16,0	15,9	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4
Centro-Oeste	8,6	8,9	8,9	8,6	8,4	8,6	8,9	9,3	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4

Fonte: IBGE/PIB Municipal. Elaboração dos autores.

¹⁷ Conforme destacaram Macedo, Sampaio e Pires (2015, p. 27), “entre 2003 e 2012, quando determinantes da política interna e o ritmo das exportações de *commodities* geraram efeitos dinâmicos sobre as economias regionais, especialmente Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país, o PIB brasileiro cresceu em média 3,9% a.a.”. Em 2013, 2014 e 2015, a taxa de variação do PIB brasileiro foi de, respectivamente, 3,0%; 0,5% e -3,8%.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios

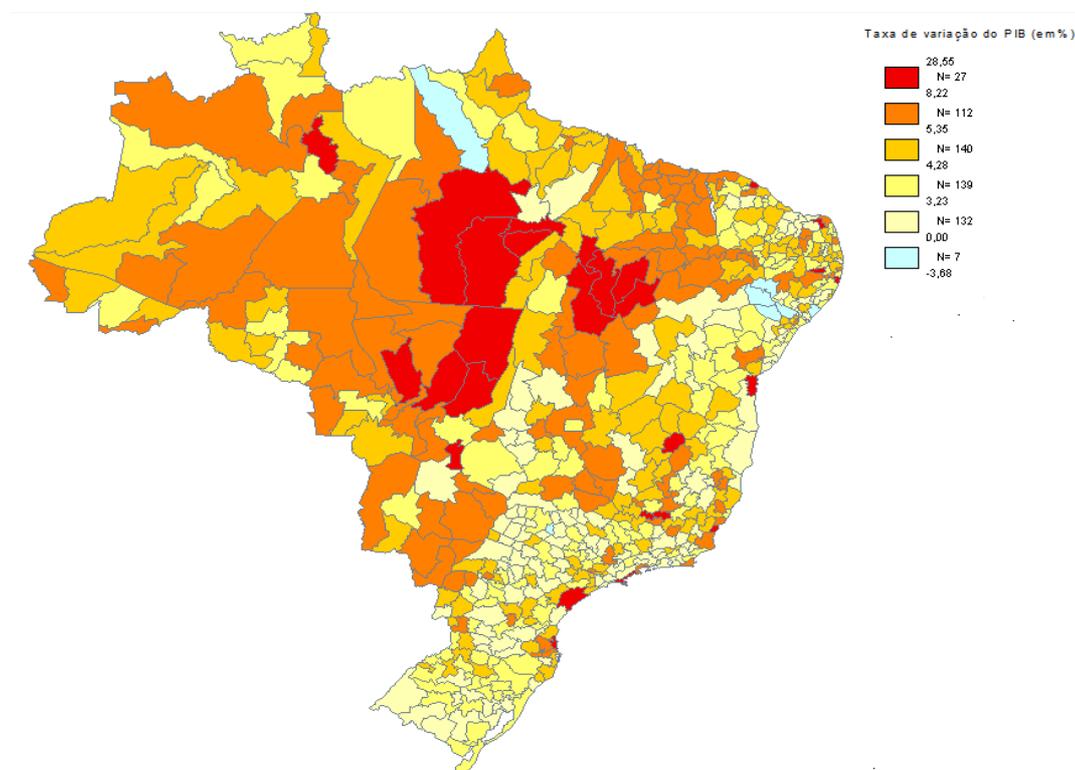


Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
mestrado e doutorado



O crescimento da economia brasileira pós-2004 ocorreu em grande medida puxado por atividades localizadas no interior do país, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste¹⁸. Isso foi importante porque contribuiu para amenizar os desequilíbrios espaciais. Porém, a reduzida desconcentração decorreu muito mais do movimento da economia mundial e do papel de produtor especializado do Brasil na divisão internacional do trabalho. Não é o resultado direto de políticas de desenvolvimento regional explícitas, como a PNDR, por exemplo. A Figura 2 apresenta as taxas de crescimento do PIB municipal agregado por microrregiões. Nela observa-se mosaico diferenciado de desempenho econômico, mas fica evidente o crescimento das microrregiões mais interiorizadas acima da média nacional, especialmente das médias das regiões Sudeste e Sul.

¹⁸ Reconhece-se que diversos fatores contribuíram para o crescimento da economia brasileira pós-2003 e não apenas a expansão das *commodities* no mercado internacional. No entanto, considera-se que essa foi mais importante por possibilitar as condições favoráveis para o financiamento de muitas das políticas realizadas. Entre os vetores que tiveram importância para o crescimento da economia brasileira no período, muitas, inclusive, com forte impacto regional, cabe destacar: expansão do crédito doméstico, especialmente a partir da elevação do gasto público e dos investimentos em obras de infraestrutura, as políticas sociais e a expansão do consumo das famílias.



Fonte: IBGE/PIB Municipal. Elaboração dos autores.

FIGURA 2 – BRASIL: Taxa de variação do PIB, segundo Microrregião do IBGE – Anos 2002 e 2014 (em %)

- 5) **A falsa ilusão do crescimento do PIB municipal.** Aspecto a se destacar, decorrente do que foi exposto até agora, é a contribuição de trabalhos recentes que apontam, por meio de indicadores diversos, a melhoria das condições de vida no interior que apresentaria um conjunto de cidades cujo crescimento recente as colocariam como locais em condições mais favoráveis para se morar. Ainda que exemplos não falem para confirmar isso, deve-se registrar que em muitos destes municípios interiorizados e com maior crescimento econômico ocorrem os velhos problemas urbanos que são comuns e mais conhecidos nas regiões metropolitanas do Brasil, razão pela qual aquela constatação - apresentada a partir dos referidos indicadores, dentre os quais o de crescimento do PIB - deve ser relativizada. Isto porque mesmo nestas áreas com maior dinamismo puxados pela expansão das *commodities* agrícolas e minerais as velhas



mazelas do subdesenvolvimento brasileiro se fazem presentes e exigem políticas específicas para combinar dinamismo econômico, desconcentração produtiva e melhoria nas condições de vida.

Esta observação é reforçada quando comparamos os PIBs *per capita*, as taxas de crescimento e o IDH dos municípios. Neste quesito, o município de Presidente Kennedy (ES) é líder disparado: seu PIB per capita de R\$ 815,1 mil, em 2014, foi o maior do Brasil e mais que o dobro do segundo colocado, Ilha Comprida (SP). Para se ter uma ideia da grandeza do PIB *per capita* do município capixaba, o do Brasil foi de R\$ 28,5 mil e o do Espírito Santo, R\$ 33,1 mil. Quando comparamos o indicador anterior com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Presidente Kennedy fica apenas na 66ª posição dentre os 78 municípios capixabas e na 2.964ª dentre os 5.665 municípios brasileiros existentes em 2010. O mesmo acontece com Itapemirim (ES), o segundo maior PIB *per capita* capixaba, mas tão somente o 69º IDH estadual e 3.030º brasileiro. Em outras palavras, tantas riquezas produzidas em seus territórios não representam desenvolvimento social e humano para suas populações¹⁹.

QUADRO 1 – BRASIL: Posição de municípios selecionados no PIB per capita, IDHM e IDH Renda

MUNICÍPIO	Posição nacional no:		
	PIB per capita*	IDHM**	IDHM Renda**
Presidente Kennedy (ES)	1º	2.964º	3.082º
Ilha Comprida (SP)	2º	1.154º	1.712º
Selvíria (SP)	3º	2.386º	2.476º
São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	4º	2.938º	2.695º
São João da Barra (RJ)	5º	2.642º	2.013º
Louveira (SP)	6º	157º	112º
Ilhabela (SP)	7º	440º	621º
Itapemirim ES)	8º	3.030º	3.028º
Quissamã (RJ)	9º	1.776º	1.667º
Triunfo (RS)	10º	940º	1.125º
Barueri (SP)	11º	87º	76º
Porto Real (RJ)	12º	1.514º	1.943º
Itatiaiuçu (MG)	13º	2.503º	2.640º
Anchieta (ES)	14º	1.021º	1.714º

¹⁹ Ressalta-se, no entanto, que o IDH é um indicador cujo uso requer cuidado apesar de sua validade ser, normalmente, superdimensionada pelos pesquisadores e gestores públicos.



Campos de Júlio (MT)	15 ^o	667 ^o	56 ^o
Paulínia (SP)	16 ^o	56 ^o	54 ^o
Extrema (MG)	17 ^o	965 ^o	840 ^o
Cajamar (SP)	18 ^o	1.081 ^o	1224 ^o
Jeceaba (MG)	19 ^o	2.870 ^o	3.195 ^o
Jaguariúna (SP)	20 ^o	100 ^o	119 ^o

*Ano 2014. **Ano 2010.

Fonte: IBGE/PIB Municipal. PNUD/IPEA/João Pinheiro. Elaboração dos autores.

O Quadro 1 acima apresenta a relação dos vinte maiores PIBs *per capita* municipais e o posicionamento desses municípios em relação ao IDHM e IDHM Renda. Duas observações são importantes. A primeira é a falta de correlação entre um alto PIB *per capita* e um elevado IDH. A segunda é a presença marcante de municípios que têm sua economia atrelada a base de exploração e beneficiamento de recursos naturais. Além desses, destacam-se aqueles ligados a políticas de atração de investimentos (“Guerra Fiscal”) ou que se beneficiam de vantagens locacionais por estarem em áreas metropolitanas ou próximas de grandes cidades.

De qualquer forma, o que a discrepância em casos como estes indica – e que poderia ser multiplicada por outros exemplos facilmente verificáveis no Brasil, especialmente os municípios de base mineral – é que geração e distribuição da riqueza são coisas diferentes. A primeira não representa, necessariamente, melhoria das condições sociais, embora seja elemento importante para a construção destas. Por isso, os indicadores selecionados apontam que o esforço para elevação no nível de bem-estar de municípios com elevado PIB *per capita* é grande.

Por fim, não se pode desconsiderar que muitos municípios têm seus territórios utilizados prioritariamente como plataformas de produção de riqueza sem que a mesma fique retida neles. A riqueza produzida no Brasil, a despeito da maior participação do interior, continua, do ponto de vista espacial, sendo majoritariamente apropriada nas capitais estaduais e regiões metropolitanas, além, é claro, de vazar para outros países.

Conclusão

O quadro de referência utilizado para classificar as microrregiões brasileiras que serão priorizadas no âmbito da PNDR baseia-se num conjunto de dados ainda da década de *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



1990, como é o caso das informações de PIB municipal. Não refletem, portanto, a atual situação social e econômica das regiões. Além disso, a variável de crescimento do PIB *per capita*, empregada na formulação da política, carece de algumas revisões metodológicas, mediante o uso adequado de uma base de dados colocados numa mesma série temporal. A mera ocorrência desses dois fatores já impõe a necessidade de se repensar a atualização dos parâmetros vigentes na tipologia sub-regional da PNDR, assim como uma discussão metodológica que promova o avanço nos critérios utilizados.

Este artigo procurou refletir sobre as vantagens da utilização da nova série do Produto Interno Bruto dos Municípios – Referência 2010, divulgada pelo IBGE, para atualização dos parâmetros referentes à dinâmica econômica das regiões, no quadro de referência da política regional no Brasil. A nova série do PIB municipal tem a vantagem de permitir análises mais consistentes, por colocar os valores numa mesma base de referência, assim como possibilita comparações inter e intrarregionais.

Um breve diagnóstico da dinâmica econômica regional brasileira, por meio da análise do PIB dos municípios, evidenciou características fundamentais sobre o desempenho da economia nesse início de século XX, resultantes da heterogeneidade do conjunto de municípios. Dentre elas, destacamos: a) a histórica e persistente concentração espacial da riqueza; b) a continuidade do processo de desindustrialização, com perdas de participação da indústria de transformação; c) a dependência que ampla maioria dos municípios tem dos gastos do setor público; d) um lento, mas contínuo, processo de desconcentração econômica; e) além da falta de correlação entre elevados PIBs *per capita* com elevação do bem estar e da qualidade de vida da população dos municípios.

Referências

ARAÚJO, T. B. de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Banco do Nordeste, v.30, nº 2, 1999. p. 144-161.

_____. Desenvolvimento regional brasileiro e as políticas públicas federais no governo Lula. In E. Sader (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma** (pp. 157–172). Rio de Janeiro: Boitempo Editorial / FLACSO Brasil, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.047**, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências [Online]. Brasília: Presidência da



República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm. Acesso em 12 de julho de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional** – Sumário Executivo. Brasília: SDR/MI, 2003, 32 p. Disponível: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915>. Acesso em 23 de dezembro de 2016.

_____. **A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós-2010.**

Brasília, MI/SDR, 2010. <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

CANO, W. **Descontração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**, São Paulo: UNESP, 2008, 294 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nota metodológica da série do PIB dos Municípios – Referência 2010**. Rio de Janeiro, IBGE/DPE/CONAC, set., 2015a. Acesso em: 26 de abril de 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRef2010.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

_____. **Nota metodológica da série retropolada (2002-2009). PIB dos Municípios – Referência 2010**. Rio de Janeiro, IBGE/DPE/CONAC, set., 2015b. Acesso em: 26 de abril de 2017. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRetropolacao.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2ª ed., Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

(Série Relatórios Metodológicos, v. 29). Acesso em: 27 de abril de 2017. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv41219.pdf>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

_____. **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

MACEDO, F.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. 25 anos de Fundos Constitucionais de Financiamento no Brasil: avanços e desafios à luz da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **EURE**, Santiago (Chile), v. 43, nº 129, maio 2017, 257-277.

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. **Boletim Regional e Urbano**. Brasília-DF, IPEA, v. 09, pp. 97-81, jan.-jun., 2014.

PORTO, L. R. **Urbanização e dinâmica econômica na rede urbana do estado da Bahia (1940-2010): o caso de Vitória da Conquista-BA**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico), Campinas-SP, Unicamp, 2016.

RESENDE, G.M. et al. Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil. **Texto para discussão**, n. 2054. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

**Apêndice****TABELA 2 - BRASIL: Distribuição das atividades com maior VAB em relação em relação ao PIB, segundo classe de tamanho populacional do município (em %) – Ano= 2014**

Tamanho Populacional	Agricultura*	Pecuária**	Produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Construção	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Administração pública***	Demais serviços	Total
Até 5 mil	20,9	8,6	1,0	0,6	4,2	0,2	0,6	1,0	56,4	6,4	100,0
>5 mil e <20 mil	12,0	2,1	0,4	1,4	5,7	0,2	1,3	0,5	56,2	20,2	100,0
>20 mil e <50 mil	5,0	0,6	0,4	2,7	5,9	0,2	0,9	0,7	47,4	36,2	100,0
>50 mil e <100 mil	3,2	0,3	-	2,3	8,3	-	-	2,6	26,1	57,2	100,0
>100 mil e <250 mil	-	0,5	-	2,6	5,3	0,5	0,5	0,5	10,5	79,5	100,0
>250 mil e <500 mil	-	-	-	1,4	7,0	-	1,4	1,4	4,2	84,5	100,0
>500 mil e <1 milhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-
acima de 1 milhão	-	-	-	-	-	-	-	-	11,8	88,2	100,0

*inclusive apoio à agricultura e a pós colheita.

**Inclusive apoio à Pecuária.

***Inclui Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Fonte: IBGE/PIB Municipal. Elaboração dos autores.



Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017